

ISSN 0101-708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G BOLETIM GOIANO. *de* Geografia

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS

VOL. 14 - N.º 1 - JAN./DEZ. 1994



CIDADE, ESPAÇO DE DOMINAÇÃO

*Francisco Itami Campos **

RESUMO

Discute-se no trabalho como diversos discursos do poder utilizam-se do urbano e nele interferem. Da visão apresentada em *Raízes do Brasil*, de que a casa-grande estende seu domínio para a cidade e para o sistema político, trabalha-se com a idéia da presença do mundo rural no contexto urbano. Mostra-se como a cidade pequena, a corrutela – através da organização política e dos recursos de que passa a dispor – domina a sua própria população, bem como a do campo que a circunda. O grupo político que domina a cidade rural passa a ter importância política no contexto estadual pelo controle que pode exercer. No trabalho expõe-se a temática na perspectiva de uma dinâmica que envolve interesses políticos dos dirigentes estaduais e locais e não simples subordinação.

UNITERMOS: Cidade/Dominação

1. INTRODUÇÃO: CIDADE E DOMINAÇÃO

Interessa-nos discutir a relação cidade/dominação, além de procurar mostrar como a cidade tem sido espaço de dominação. Interessa-nos também perceber como muitos discursos do poder, na maioria das vezes não explícitos, utilizam o urbano como forma de submissão da população ou de setores da mesma. Não é objetivo do trabalho, contudo, fazer a história da cidade e nem esboçar o papel da cidade na História.

A idéia de cidade parece ser remota, contudo, em épocas diferentes, o conceito de cidade foi também diferente. A cidade moderna não é a mesma da cidade do mundo antigo e nem mesmo a da Idade Média. Max Weber trabalha a diferença que há entre a cidade no Ocidente e no Oriente (Weber, 1969, p. 938/s). Há também estudiosos que estabelecem

* Professor do Depto. de Ciências Sociais/UFG

diferenças conceituais entre a cidade no mundo desenvolvido e no subdesenvolvido (Santos, 1965, p. 3-23).

O que se entende por cidade hoje tem origem na ação dos mercadores e em todo o conjunto de fatores responsáveis pelo fim do feudalismo e início do mercantilismo e do capitalismo. Os burgos – cidades – tornam-se importantes no entrelaçamento de forças necessárias à superação do feudalismo. Para os burgos dirigem-se artesãos, camponeses, entre outros que fogem dos domínios dos senhores feudais. É na cidade e através dela que a 'nova' economia se desenvolve. Ao que tudo indica, as forças sociais, políticas e econômicas que a cidade concentra vão ser responsáveis pela expansão do modo de produção capitalista. Por isso o capitalismo é, primeiramente, um fenômeno urbano; daí a origem do termo burguesia.

A cidade no Brasil não é definida pelas características que a tornam um centro urbano, mas sim administrativamente. Ser sede de município confere a um povoamento o título de cidade, mesmo que o município possua menos de mil habitantes. É evidente que esta cidade pequena (corrutela, como a chamam em Goiás) tem pouco de urbano, contudo fornece elementos para a dominação do espaço rural que a circunda, advindo daí nosso interesse. A cidade, mesmo pequena, centraliza recursos e institucionaliza formas de controle sobre a população.

Interessa-nos discutir agora o conceito de dominação. Muitos são os autores que têm uma preocupação conceitual com poder/dominação. Não temos a intenção de tornar muito extensa essa discussão, por isso vamos nos restringir a dois autores clássicos que, embora tenham concepções diferentes, utilizam-se do conceito de dominação quando tratam da questão política, do poder – eles são Karl Marx e Max Weber. Para ambos, dominação tem um caráter instrumental, que se expressa na ação do Estado ou no regime de governo.

Para Marx, a dominação provém dos antagonismos inerentes ao modo de produção, estabelecido a partir da desigualdade econômica que provoca uma divisão entre os que possuem e exercem o controle sobre os meios de produção e os que não possuem e nem exercem tal controle. Para ele, dominação tem, além disso, sua dimensão política e ideológica. E, numa perspectiva histórica, ela se expressa no Estado.

Weber, por seu turno, não vincula a dominação diretamente ao econômico por ser um caso especial de poder, entendido como "possibilidade de impor a própria vontade sobre a conduta alheia". Para ele, o conceito de poder é sociologicamente amorfo. Já o conceito de dominação tem que ser mais preciso e só pode significar a probabilidade de que o mandato seja obedecido, já que ela é um elemento importante da ação comunitária. A dominação interessa a ele na medida em que se relaciona com o regime de governo. Segundo Weber, toda dominação se manifesta e funciona na forma de governo. Todo regime de governo necessita do domínio de algum modo, pois para seu desempenho sempre se devem colocar em mãos de alguém poderes imperativos (Weber, 1969, p. 695-706). Quando trata de forma específica de dominação, Weber refere-se sempre ao caráter administrativo do domínio – necessário à sustentação e manutenção do poder e da reciprocidade governante/governado, daí a autoridade legítima.

A partir destes elementos, entendemos dominação como uma relação e este seu caráter relacional implica uma prática cotidiana, uma interferência no dia-a-dia da população e, enquanto, tal cria uma rede de relações que se estende por toda a sociedade. Também o Estado não é aqui entendido como algo superior, está implicado em relações que abrangem toda a sociedade e que tem de um lado o caráter de interdição, repressivo, mas que possui uma eficácia produtiva. Num certo sentido estes conceitos de dominação e de Estado se aproximam e até se confundem. Também a dominação não se expressa somente pela interdição, pela proibição, mas também por seu aspecto positivo, construtivo. Isso fica bem evidente quando se analisa a ação da medicina social sobre a cidade, que resulta em um instrumento de poder que transforma a cidade, a medicina e o próprio poder, como a seguir se discute.

A ligação destes dois fenômenos, cidade e dominação, nem sempre é clara. A medicina social, contudo, oferece exemplos de como se constrói um processo de dominação que a cidade passa a sofrer, via intervenção e controle, além da conseqüente subordinação de sua população. Dois casos são apresentados – o Rio de Janeiro, no Império, e a cidade de Goiás, capital do Estado, no pós-30. Em ambos a dominação se expressa num controle da população, de suas atividades e afazeres cotidianos, pela polícia

médica que termina legitimando a ação do Estado. Ela não se expressa somente pela interdição, pela proibição; ela se apresenta muitas vezes, em seus aspectos positivos, de uma forma construtiva. A interferência que a medicina social faz no Rio de Janeiro e em Goiás se apresenta de um lado legitimada pelo saber médico que assim justifica o esquadramento urbano para sanificar a cidade e garantir o bem-estar de sua população. A interdição não se apresenta claramente; a inspeção e o controle sanitário, a fiscalização de alimentos e de fábricas, legitimados pelo conhecimento médico, encobrem o lado coativo e de controle da polícia médica.

2. A CIDADE E A INTERVENÇÃO DA MEDICINA SOCIAL

A medicina, a partir do século XVIII, sofre uma transformação radical, tanto nas suas formas de conhecimento quanto no modo de sua intervenção. O objeto desta nova medicina se desloca da doença para a saúde. "Uma medicina da saúde é necessariamente uma medicina das causas das doenças, o médico vigilante devendo atuar para proteger os indivíduos contra tudo o que, no espaço social, pode interferir no seu bem-estar físico e moral" (Machado, 1978, p. 248). A característica básica desta transformação é a medicina se tornar social. Enquanto tal representa um novo conhecimento sobre o homem e não somente sobre ele, o conhecimento é mais abrangente pois engloba o meio, a natureza e a sociedade em que vive o homem.

Essa transformação da medicina é resultado de um longo processo no qual a acumulação de conhecimento e conseqüente intervenção ocorrem simultaneamente. A intervenção ocorre através da polícia médica que se constitui de: a) existência de um órgão dirigente da saúde pública; b) esquadramento urbano; c) assistencialismo; d) inspeção sanitária; e) fiscalização do exercício da medicina e farmácia e, f) registro médico que permite acumular mais informações, possibilitando maior conhecimento da sociedade e aumentando sua capacidade de intervenção.

Na sua nova tematização, a medicina intervém em todos os setores e passa a ter a cidade como lugar privilegiado de sua política médica. Como se verá mais adiante, a cidade torna-se cada vez mais importante economi-

camente como mercado e centro comercial. Também politicamente a cidade vai se destacando, principalmente enquanto sede do poder no município. Assim, analisando os diversos dados coletados, a medicina teoriza sobre a cidade e termina fornecendo elementos para o planejamento urbano.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, foi um dos alvos da ação médica. Uma série de epidemias, especialmente a de febre amarela – que matou mais de quatro mil pessoas e teve os primeiros casos registrados em 1849 – oferece aos médicos a oportunidade de intervenção através da política médica. E neste processo surgem as táticas da ação médica: 1. Competência do saber médico e conseqüente descaracterização de outro qualquer conhecimento, chamado de leigo; 2. Assessoria teórica às Câmaras Municipais e 3. Participação da Câmara, no seu interior, elegendo-se vereador. A partir daí a intervenção se realiza: seu aspecto natural, o clima, os morros, os pântanos, o ar e a água, tudo foi convenientemente analisado com o objetivo de sanificar a cidade; o aspecto urbanístico – traçado de ruas, construção de casas, local para instalação de matadouros, de fábricas, de hospitais – também merece a atenção médica. A intervenção penetra igualmente no funcionamento do comércio e da indústria, via estabelecimento de normas de higiene.

É interessante observar que quase um século depois o mesmo 'dispositivo da ação médica' é aplicado em Goiás. A cidade de Goiás, então capital do Estado, foi objeto do olhar analítico do saber médico. O Movimento de Trinta leva ao poder estadual o médico Pedro Ludovico Teixeira, formado pela Faculdade da Praia Vermelha, do Rio de Janeiro. Em 1931, dentro da nova ordem estabelecida pelo Movimento de Trinta, decretou-se o Regulamento da Saúde Pública, elaborado por médico, no governo do interventor federal Pedro Ludovico, também médico.

O Regulamento é um longo documento, com mais de mil artigos, que trata detalhadamente de diferentes aspectos da vida urbana e rural da população goiana. Tratando da higiene e da situação médico-sanitária, o Regulamento interfere na residência – desde a construção até as condições de moradia; nas ruas e logradouros públicos; no comércio e indústria – definindo o modo de produzir e condições exigidas para o seu funcionamento; nos gêneros alimentícios, no seu preparo ou produção e nas

condições de uso pelos consumidores; nas profissões, especialmente a de médico; no funcionamento de farmácias e laboratórios; no funcionamento de hotéis e pensões, hospitais e casas de saúde; na água a ser consumida; no esgoto; no lixo. Enfim, esquadrinha os mais diversos setores da vida urbana ao propor também uma polícia sanitária para a zona rural, além de procurar abranger e interferir no Estado como um todo.

Tendo o Regulamento como base, a cidade de Goiás foi dissecada. O discurso que desqualifica a cidade a permanecer capital inicia considerando o local de sua implantação impróprio à existência da cidade. E prossegue analisando diferentes aspectos, tais como: o abastecimento de água (considerado problemático e inviável); a rede de esgoto (pelo fato de o terreno da cidade ser rochoso, é considerada de impossível implantação); as habitações não obedecem a critérios mínimos de higiene; até o morador é, no mínimo, apático por ter recebido influências destas condições adversas.

Tomado como fundamento do discurso que retira da cidade de Goiás a condição de ser capital, o Regulamento serve de base para a afirmação da nova cidade, Goiânia, destinada a ser capital. Os argumentos que invalidam Goiás tornam-se os que justificam Goiânia. Estes passam também a ser os argumentos do poder: Goiás, capital dos oligarcas, do atraso; Goiânia, capital dos revolucionários outubristas, expressão do progresso que se descortina para o Estado. E Pedro Ludovico se utiliza deste argumento como plataforma de poder (Campos, 1980, p. 29-39).

Como foi visto, a medicina social penetra em todos os recônditos a fim de tornar sua intervenção eficaz, desenvolvendo uma reflexão sobre a morbidade urbana. A medicina social elabora uma teoria da cidade e contribui decisivamente para o planejamento urbano. Contudo, não podemos deixar de destacar seu caráter político de dominação, tanto no modo como intervém na sociedade, como na sua estreita relação com o Estado.

3. A CIDADE NO BRASIL, UM POUCO DE HISTÓRIA...

Os portugueses instalaram no Brasil, segundo Sérgio Buarque de Holanda, uma civilização de raízes rurais. Os domínios rurais vão dar a

tônica de toda organização social do País e terão na família patriarcal o seu alicerce. Essa conjunção – rural / família patriarcal – extrapola o recinto doméstico: "a mentalidade da casa-grande invadiu as cidades", conforme o autor de *Raízes do Brasil*. Para ele, a família patriarcal é o elemento de extensão desse domínio, a comunidade doméstica aprisiona o domínio público. A família patriarcal termina por estabelecer os padrões da relação governante/governado e constrói o Estado patrimonialista: "Toda a ordem administrativa do país, durante o Império e mesmo depois, já no regime republicano, há de comportar (...) elementos estreitamente vinculados ao velho sistema senhorial" (Holanda, 1969, p. 57). Como ele afirma, somente com a Abolição da Escravatura é que o mundo rural começa a perder a hegemonia. Começa...!

Florestan Fernandes chama esse começo de 'transição neocolonial' que tem como fundamento uma articulação da economia urbano-comercial com a economia agrária: "A cidade convertia-se, afirma, em pólo dinâmico do crescimento capitalista interno (...)" (Fernandes, 1975, p. 229).

Fernandes, discutindo a emergência e a expansão do mercado capitalista no Brasil, destaca o papel da cidade na evolução do mercado interno:

... a cidade passa a monopolizar, de forma crescentemente mais intensa, as funções de centro estratégico de reaplicação do excedente econômico e de foco de integração do mercado interno. O que quer dizer que o padrão de desenvolvimento neocolonial é profundamente diverso do padrão colonial de desenvolvimento. Pois, por seu intermédio, a cidade sai do marasmo econômico e passa, com vigor crescente, a satelitizar tanto o fluxo e o crescimento do comércio interno, quanto a produção escravista em geral. (Fernandes, 1975, p. 226)

Destaca também o autor a importância da cidade, enquanto pólo dinâmico do crescimento do capitalismo interno, como fator de modernização econômica, bem como local de incorporação de novos grupos sociais, sem que o campo se modernizasse ou, como afirma, "sem necessitar estender ao campo qualquer desdobramento da revolução urbana" (Fernandes, 1975, p. 229).

A República Velha (1889-1930) vive ainda sob a égide do domínio rural, seja na sua economia de base agrária, o café, o rebanho bovino, a

produção agropecuária, seja na ocupação da mão-de-obra, seja também nas suas instituições políticas, privilegiadas pelos coronéis que têm suas raízes no mundo rural. (É vasta a literatura sobre a temática. Ver, entre outros, Leal (1978), Pang (1979), Queiroz (1976), Campos(1983)).

O Movimento de Trinta se apresenta como o momento da superação do padrão político em que o campo dominava, como o fim do domínio das oligarquias e dos coronéis. Mais que isso, a partir de então torna-se cada vez maior a presença da massa popular urbana no cenário político brasileiro. Este novo ator político é uma das bases de legitimação do Estado brasileiro, 'Estado de Compromisso'. Como afirma Weffort, as massas são as bases da legitimidade do Estado, mas não podem desenvolver uma ação política autônoma, ou seja, elas podem até ser a base do poder, mas por não terem autonomia, não passam de 'massa de manobra' (Weffort, 1978, p. 58).

Na dinâmica desse processo, a cidade gradativamente passa a subordinar estruturalmente o campo. A acumulação de capital, via interferência do Estado, realiza-se na cidade, mesmo com o campo continuando a ser o local da produção. O papel do Estado e o processo de industrialização reforçam a urbanização que se intensifica pela migração rural.

No processo de urbanização que se intensifica a partir da década de 40, a cidade assume cada vez mais a condição de pólo dinâmico da economia, como centro comercial e administrativo. A urbanização no Brasil não se dá em razão da industrialização. A cidade oferece para a população expulsa do campo a esperança de condições de uma vida melhor — emprego, assistência médico-hospitalar, educação, etc. O processo de urbanização se intensifica de forma a tornar em menos de duas décadas, por volta dos anos 60, a população urbana maior que a rural. A cidade assume, de fato, a condição de dominante na vida política e econômica do país.

Afirmar que a cidade assume a condição de dominante na vida política e econômica do país é considerar o Brasil homogêneo, sem as desigualdades regionais existentes. Se é verdade que, na expansão do capitalismo, a cidade assume cada vez mais um papel dominante econômica, política e socialmente e que o padrão neocolonial de desenvolvimento

perde importância, é também verdade que o 'mundo rural' permanece presente no contexto urbano brasileiro.

4. O RURAL NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO

A história da maioria dos municípios brasileiros está ligada à sua origem rural. Muitos deles remetem a sua origem para a construção de uma capela, núcleo de aglutinação da dispersa população das roças. O proprietário que doa a fração de terra ao padroeiro, logo se apresenta no mundo político. Vilaça & Albuquerque mostram esse processo de formação do núcleo e de como este se expande:

... As fazendas maiores vão, com o tempo, prolongando os seus alpendres e seu espaço com casas e casebres; diversificando-se em capelas. Tomam algumas delas o aspecto de povoados, que mais tarde se burocratizam em vilas e cidades. Vilas e cidades que conservam o cheiro dos currais, a unidade de sua destinação econômica; que se mantêm, sem maior estranheza ou protesto, submersas ao senhor-patriarca, dono dos alpendres, das casas, das terras que as circundam. Assim, o coronel, por força de seus alpendres e domínios, torna-se senhor também de povoados, de vilas, de cidades e de municípios. Dono também de riquezas, de terras, de boiadas; dono até de gentes. (Vilaça & Albuquerque, 1988, p. 25)

A descrição refere-se ao Nordeste, contudo retrata a origem da grande maioria das cidades do interior brasileiro.

Vale destacar um dado observado no processo de migração no país e que se relaciona com a origem de muitos núcleos urbanos: os fazendeiros-migrantes, pioneiros em algumas regiões, procuram consolidar sua posição na região não somente através de suas terras e desenvolvendo a produção agrícola ou pecuária, mas também pela criação de núcleos de povoamento. Muitos municípios goianos devem a fazendeiros-pioneiros a fundação de povoados que, posteriormente, transformaram-se em vilas ou em cidades. Claro, atendendo àquelas questões discutidas quanto à importância do povoado para extensão da dominação do coronel. Na migração do trabalhador ocorre algo um pouco diferente: o trabalhador-pioneiro em algumas regiões é posseiro/ocupante, sua preocupação básica é a de desbravar a região, plantando roça para sua subsistência. A presença na política, quando ocorre, deve-se ao processo eleitoral ou a conflitos criados

posteriormente pela ocupação, na disputa com grileiros ou com fazendeiros. É importante mencionar o caso de Trombas como um dos exemplos dessa forma de migração e de ocupação do posseiro Zé Porfírio e de algumas famílias que o acompanharam, vindos do Maranhão. Procuraram terras para posse e a encontraram no médio-norte goiano. No início dos anos 50, como posseiros, começam a desmatar e preparar suas roças até que, como fazendeiros instalados na região, dão início às hostilidades. Este talvez seja o caso mais importante desta forma de ocupação, pois decorrente dela ocorrerá a revolta camponesa de Trombas e Formoso, no médio-norte goiano na década de 50 (Carneiro, 1986; Abreu, 1985).

A literatura também retrata esta origem. *Tocaia Grande*, de Jorge Amado, conta a estória de um povoamento criado na expansão de uma grande propriedade e que assim se mantém enquanto interessa ao seu dono, ao coronel. A tocaia expressa a chegada do poder público na pessoa do juiz, do delegado, da polícia, do fiscal de rendas, que vêm pelas mãos do coronel impor a autoridade ou, como afirmam Vilaça & Albuquerque, a burocratização em vila e cidade. Também vale observar que o Estado alcança o interior, primeiramente através do fisco e da polícia, somente mais tarde é que os benefícios sociais, do bem-estar, saúde, educação, etc, aparecem. E a literatura social brasileira ilustra bem isso – veja, por exemplo, em *Vidas Secas* os capítulos "Cadeia" e "Contas". "Governo é governo", diz Fabiano.

Palacín analisa bem e de outro modo a função política que a pequena cidade/corrutela passa a exercer:

A cidade ficava reduzida a sua função religiosa e administrativa como sede da paróquia e da comarca. O surgimento da vida política com a institucionalização dos partidos e das eleições periódicas veio conferir à cidade rural uma nova função: a de catalisador político. (Palacín, 1990, p. 26)

Por que esse poder de atração? essa catalisação de que fala Palacín? Diferentemente do meio rural, que tem como característica a dispersão da população, do trabalho e da produção, o urbano concentra a população, facilitando assim a ação política. Esse facilitar a ação política significa também, pela sua função administrativa, a possibilidade de obtenção de recursos médicos, educacionais, assistenciais, entre outros, que beneficiam

a população e reforçam a atração exercida pelo urbano, bem como aumentam o prestígio do chefe político local. Esses recursos, que indicam a presença do poder público, reforçam o poder do dirigente municipal porquanto passa a dispor de cargos e funções para serem distribuídos entre parentes e seus apaniguados políticos. É o lado do 'familismo', do 'afilhadismo' ou do compadrio, tão característico das relações do poder tradicional brasileiro.

Essa aproximação do poder público com o domínio privado do chefe político local que tem sido analisado sob a ótica de 'sistema de reciprocidade', elemento do domínio patrimonialista, tem levado estudiosos da política brasileira a verem nesta relação a subordinação da política municipal à política estadual. Essa reciprocidade, oficializada na "Política dos Governadores" de Campos Sales, tem como pressuposto uma barganha de votos e apoio em troca de cargos, verbas e outras benesses. Um dos primeiros estudiosos do fenômeno, Victor N. Leal, vê no acordo coronelista um elemento de subordinação do município à política estadual e à federal; para ele decorre deste 'acordo' um enfraquecimento do município (Leal, 1978, p. 42-57). Muitas são as análises que caminham nesta direção. Alguns estudiosos mostram como a modernização, trazida muitas vezes pela mão do próprio chefe político, o coronel, pode ser fator de mudança na cidade e provocar o ocaso da dominação tradicional. Em *Coronel, Coronéis*, os autores trabalham não somente as mudanças que podem levar ao fim do domínio, procurando mostrar o caráter muitas vezes contraditório do chefe político tradicional que, pelo poder econômico que possui e para mantê-lo, torna-se portador de inovações e de mudanças que, por seu turno, levam a mudanças – em outros setores, políticas inclusive – que podem provocar o fim do domínio do coronel (Vilaça & Albuquerque, 1988, p. 17-42; ver também Pang, 1979, p. 232-35).

Em muitos casos e em alguns momentos ocorre essa subordinação – a política e a administração estadual impõem aos dirigentes municipais candidatos e diretrizes políticas. A questão parece não ser tão simples e direta como alguns estudiosos apresentam. Somos levados a pensar numa dinâmica muito mais abrangente que envolve interesses de ambos os pólos do poder, ao invés de pura e simples subordinação. Os municípios e seus

dirigentes exercem um destacado papel político no controle da população municipal e dos moradores do campo. Este dado interessa aos políticos e dirigentes estaduais, seja pelo voto, seja pela legitimidade e apoio que recebem. Os cargos de diferentes níveis, os cartórios e todos os postos, a "burocratização em vila e cidade", a imposição da autoridade, têm uma destacada importância política especialmente para os grupos dirigentes locais que assumem os cargos e postos, não como empregos – como de fato são – mas como autoridades que mobilizam e, muitas vezes, subordinam os eleitores e toda a população do município e que se tornam, em razão dos cargos dirigentes, representantes e mediadores dos políticos e recursos externos aos municípios (Cintra, 1974, p. 71-89).

5. CONCLUSÃO

Não tivemos neste trabalho preocupação em fazer a história da cidade. Ao destacar o conceito 'original' de cidade motivou-nos tão somente a ligação do fenômeno urbano com o desenvolvimento do capitalismo, além de procurar mostrar como a cidade se tornou um espaço de poder na civilização ocidental. E de como, por uma série de fenômenos decorrentes do processo de desenvolvimento do capitalismo, a cidade passa a concentrar mecanismos de dominação e torna esta civilização eminentemente urbana.

O discurso do poder encontrou na cidade um terreno propício, daí procurarmos na intervenção da medicina social demonstrar a eficácia política deste discurso, aproveitando o mesmo para exemplificação de como a polícia médica foi eficiente no controle da população urbana, na dominação.

O processo político e social brasileiro apresenta a cidade cada vez mais assumindo uma destacada importância no País. O Brasil é cada vez mais urbano na residência da população, na sua ocupação e na sua economia. Com o crescimento da cidade, com a dispersão populacional, com a diversificação de interesses, a dominação tradicional tende a desaparecer ou, pelo menos, tende a diminuir. De modo geral, o poder não se apresenta na cidade grande expresso na figura de um político; ele tende

a se filtrar, via organização – associações de bairros; associações de classes; clubes esportivos, de futebol principalmente; associações carnavalescas, entre outras que se apresentam como meios e veículos de poder. Alguns políticos controlam setores urbanos por completo, desde escolas – onde indicam diretores e funcionários até as diretorias das associações de bairro de forma a garantirem seu prestígio político. No momento não há interesse de trabalhar com a forma política apresentada na cidade grande, visto que a nossa preocupação foi a de resgatar o mundo rural e sua presença no contexto urbano brasileiro.

Procurou-se, contudo, mostrar como a cidade se torna um meio de dominação política e como a centralização de recursos institucionaliza formas de controle sobre toda a população circunvizinha. A cidade torna-se entreposto comercial, mercado. Vai mais além o seu destino, pois ela se torna difusora de novos padrões de comportamento. Não restam dúvidas que ela vai expressar diferentes formas de dominação.

Há urbano e urbano no Brasil, já que qualquer sede de município ou povoamento com mais de 2.500 habitantes é núcleo urbano. É evidente que o povoado, a corrutela tem pouco de urbano, contudo fornece elementos para a dominação do espaço rural que a circunda. Essa cidade rural interessa à Política, pela sua importância no contexto da política brasileira, se não for por outros elementos, que seja pelo seu número.

RÉSUMÉ

Ce travail analyse comment les plusieurs discours du pouvoir s'utilisent et interviennent dans la notion d'urbain. La vision présenté dans "Raízes do Brasil" où la "casa grande" étend sa domination vers les villes et, donc, vers le système politique, nous permet de travailler l'idée de la présence du monde rural dans le contexte urbain.

On montre comme les petites villes, les "corrutelas", peuvent à travers l'organisation politique non seulement sa propre population mais aussi celle de la campagne environnante.

Le groupe politique dominant de cette ville/campagne démontre son pouvoir politique à travers le contrôle qu'il peut exercer dans le contexte régional. Dans ce travail, donc, la thématique est exposé dans la perspective d'une dynamique qu'enveloppe les intérêts politiques des dirigeants locaux et régionaux.

CAMPOS, Francisco Itami. Cidade, Espaço de Dominação. Boletim Goiano de Geografia. 14(1):61-75, jan./dez. 1994.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sebastião de Barros. *Trombas: A Guerrilha de Zé Porfírio*. Brasília: Ed. Goethe, 1985.

CAMPOS, F. Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Cegraf, 1983.

CAMPOS, F. Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. *Cadernos do INDUR*. Goiânia, n. 2, p. 29-39, 1980.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: Cegraf, 1986.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: Cegraf, 1988.

CINTRA, Antônio O. A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. *Cadernos DCP*. Belo Horizonte: p.59-112, 1974.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raizes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

PALACÍN, Luis G. *Coronelismo no extremo norte de Goiás*. Goiânia/São Paulo: Cegraf/Ed. Loyola, 1990.

CAMPOS, Francisco Itami. Cidade, Espaço de Dominação. Boletim Goiano de Geografia. 14(1):61-75, jan./dez. 1994.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *Mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SANTOS, Milton. *A cidade nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965

VILAÇA, Marcos V.; ALBUQUERQUE, Roberto C. *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro/Niterói: Tempo Brasileiro/EDUFF.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1968.

WEFFORT, Francisco C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

